



Sindicatos

Fazem falta e recomendam-se

As mudanças no mercado laboral e a precariedade das relações de trabalho levam ao aumento das desigualdades salariais. Cresce o fosso entre os que mais ganham e os que menos ganham. Isso deve-se, em parte, à crise do sindicalismo e à diminuição da contratação colectiva. Os sindicatos precisam de se reinventar. *Por São José Almeida*



● O aumento do fosso entre os ordenados mais altos e os mais baixos traduz um aumento das desigualdades. E a forma de o combater é através do regresso do peso negocial dos sindicatos. Esta é a conclusão de académicos norte-americanos e subscrita por académicos, dirigentes sindicais e activistas portugueses.

Bruce Western, da Universidade de Harvard, e Jake Rosenfeld, da Universidade de Washington, publicaram um estudo na *American Sociological Review*, segundo o qual a baixa de trabalhadores sindicalizados está na origem de cerca de 20 por cento do aumento da desigualdade salarial entre as mulheres e de por 33 por cento entre os homens.

Para Portugal, a relação entre níveis de sindicalização e de salários não está estudada. Mas Elísio Estanque, sociólogo, professor da Faculdade de Economia e investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, frisa que em Portugal a sindicalização tem diminuído e se cifra actualmente nos 20 por cento da população activa. Isto quando, no final dos anos 70 do século XX, fruto da herança da inscrição obrigatória nos sindicatos corporativos no Estado Novo, a que acresce a militância pós-revolucionária, a inscrição sindical deve ter ultrapassado os 50 por cento.

Manuel Carvalho da Silva, secretário-geral da CGTP, a maior central sindical portuguesa, explica

a razão por que a disparidade salarial tem aumentado: “A contratação colectiva [que vem diminuindo] é a via mais eficaz no combate às desigualdades.” No mesmo sentido vai João Proença, secretário-geral da UGT, que adverte que a contratação colectiva tem características diferentes nos EUA e na Europa.

No momento em que a crise se agudiza em Portugal, o P2 foi procurar saber se é possível estabelecer esta relação de que menos sindicalização resulta em maior redução nos salários na nossa sociedade. E se o fosso salarial aumenta. Para mais, quando a relação entre a crise económica e a baixa do poder de compra dos portugueses é feita pelos responsáveis institucionais como o primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, que, a 14 de Agosto, foi ao comício do PSD no Pontal apelar à pacificação social e à colaboração dos sindicatos para a obter. E quando até o cardeal-patriarca de Lisboa, José Policarpo, numa homilia proferida a 20 de Agosto, criticou as reivindicações sindicais: “Faz-me muita confusão ver, neste anúncio das medidas difíceis que até nos foram impostas por quem nos emprestou dinheiro, que os grupos estejam a fazer reivindicações grupais, de classe, não gosto.” (PÚBLICO 21/08/2011)

De 1985 a 2009

A realidade dos números para Portugal é lapidar e mostra como aumentou a disparidade salarial.

Margarida Carvalho, investigadora do Observatório das Desigualdades do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), analisou os números oficiais do Ministério do Trabalho, a pedido do P2, e concluiu pelo agravamento da desigualdade salarial entre 1985 e 2009 (ver infografia na página 6). Esta investigadora prefere não usar como referência os dados do salário mais alto e mais baixo, explicando que, no caso dos homens, apenas um indivíduo auferiu o mais alto. Mas opta pelo “rácio S80/S20”, indicador de desigualdade em que “se compara a parte da remuneração total auferida pelos 20 por cento de trabalhadores mais ricos com a parte auferida pelos 20 por cento de trabalhadores mais pobres”. E esse coeficiente de diferença aumentou entre os homens de 3,5 para 4,1. Já entre as mulheres, no mesmo período temporal de 1985 a 2009, a disparidade aumentou de 2,9 para 3,6 vezes mais o que ganham os 20 por cento das trabalhadoras melhor remuneradas e as 20 por cento pior remuneradas. Conclui Margarida Carvalho: “Neste período de mais de 20 anos, as disparidades de remuneração entre os trabalhadores aumentaram para os dois sexos, embora continuem a ser menos acentuadas entre as mulheres.”

Esta média, explica a investigadora, é obtida a partir de uma escala remuneratória do sector privado que, em 1985, apontava 5748 euros como salário máximo declarado oficialmente para homens

e 64 euros o mínimo. No mesmo ano, para as mulheres o máximo foi de 4579 euros, enquanto o mínimo é também de 64 euros. Já em 2009 o salário máximo para homens declarado no Ministério do Trabalho atingiu os 201.550 euros e o mínimo os 348 euros. As mulheres oscilaram entre um salário máximo declarado de 46.388 euros e o mínimo de 348 euros, o salário mínimo nacional.

Segundo Margarida Carvalho, a remuneração média para as mulheres “trabalhadoras no sector privado em Portugal aumentou 343 euros (remuneração média a preços constantes de 2006)”, enquanto “no caso dos homens esse aumento foi de 391 euros”.

Uma tendência para a desigualdade agravada que acompanha a situação nos Estados Unidos onde, de acordo com o estudo de Bruce Western e de Jake Rosenfeld, entre 1973 e 2007 a diferença entre salários no sector privado aumentou em mais de 40 por cento entre os homens e 50 por cento entre as mulheres.

Apesar de a percentagem de sindicalizados ter baixado, Elísio Estanque cita os dados do Livro Branco da Segurança Social, feito pelo Governo em 1998, que dizia que “65 por cento dos portugueses consideram que sem sindicatos as condições de trabalho seriam piores”. Este investigador sustenta: “As pessoas acham que não vale a pena inscreverem-se, mas sabem que beneficiam [da luta sindical]. Como temem que, se se filiarem, haja retaliações, preferem auferir

dos benefícios, sem pagarem quotas nem serem perseguidos.” Até porque sabem, pela experiência, que “o campo sindical é importante não só para os sindicalizados - beneficia os não sindicalizados”.

O sociólogo lembra que, ainda que não haja trabalhos científicos feitos para Portugal sobre a relação entre a taxa de filiação sindical e o aumento da diferença entre quem ganha mais e quem ganha menos, é natural que “a perda de peso do campo sindical tenha efeito muito significativo nas discrepâncias de salário”. Até porque, explica, “o sindicalismo nasceu para repor reivindicações legítimas precisamente como salário, mas também horários, condições de trabalho”. Alerta, contudo, que “isso não quer dizer que o grau de organização sindical tenha sempre ajudado a reduzir desigualdades salariais”.

Contratação colectiva

Já Carvalho da Silva considera que a ligação entre reivindicação sindical e qualidade salarial é clara e existe devido à capacidade de reivindicação de formas de contratação colectiva. A importância deste tipo de negociação laboral é tal que o coordenador da CGTP sublinha: “Quando da discussão do Pacto Mundial para o Emprego, na Conferência da Organização Internacional do Trabalho [OIT], em Junho de 2009, assumido pelos países e pelas entidades patronais [e] a pedido da reunião do G20 de Março e Abril desse ano, →

uma das questões em relevo foi a conclusão de que, na segunda metade do século XX, a contratação colectiva foi o instrumento mais importante e mais positivo na redistribuição de riqueza.”

O líder sindical sublinha que “os períodos em que os trabalhadores mais se identificam com os sindicatos, logo mais se sindicalizam, são os períodos em que há contratação colectiva”, razão pela qual “a contratação colectiva se tornou em condição de intervenção sindical”. E Tiago Gillot, uma das caras da luta dos trabalhadores precários em Portugal e membro da organização Precários Inflexíveis, fundada em 2007, aduz: “O trabalho dos sindicatos tem sido a luta pelos contratos colectivos, foi sempre a forma de aumentar os direitos e de baixar as desigualdades.”

Como exemplo da importância da contratação colectiva no combate às desigualdades salariais e laborais em geral Carvalho da Silva lembra lutas emblemáticas da CGTP ao nível do combate contra as desigualdades salariais de género. E aponta o caso dos Pastéis de Belém, em Lisboa. Uma luta ocorrida há mais de dois anos, que até levou o presidente da OIT a Belém. “Nos Pastéis de Belém, os homens tinham o exclusivo de servir à mesa, diziam que as mulheres não tinham condições para fazer aquele serviço. Foi uma negociação sindical muito lenta, mas conseguiu-se terminar com essa desigualdade introduzindo a lógica da contratação colectiva.” Outro exemplo: “No sector da cortiça foi assinado um acordo para a igualização salarial entre homens e mulheres.” Frisa Carvalho da Silva: “Sempre que se entra em negociações de crise, aprofundam-se as desigualdades e é sempre em desfavor das mulheres.”

Mudar o paradigma?

Elísio Estanque reconhece o papel da contratação colectiva, mas adverte para a diversidade de métodos e de atitudes da parte do campo sindical e que, neste domínio, a orientação ideológica é um facto relevante. “O sindicalismo pode ser mais virado ou não para a luta de classes”, observa este investigador e professor. E recorda que, “em cada novo segmento das classes médias, o campo sindical conseguiu repor bons níveis salariais por lógica corporativa, sobretudo em sectores em que o respectivo peso profissional lhes dá essa capacidade, por exemplo, médicos, pilotos, professores”. Por outro lado, acrescenta, “olhando para casos isolados como os bancários, a forte percentagem de sindicalização não traz consciência política, só reivindicativa”. E reconhece que “os sectores tradicionais perderam peso sindical”, concluindo que, com tudo isto, se “pode acentuar a desigualdade”.

Este sociólogo, especializado em questões laborais e sindicais, observa que “há aspectos da realidade portuguesa que são um paradoxo”. Há dez anos estudou o sector do calçado, “onde os trabalhadores eram sindicalizados acima da média, mas os níveis salariais eram baixíssimos, porque a precariedade, nomeadamente através da subcontratação, baixa a capacidade salarial”. Mas acrescenta: “Há sectores onde a sindicalização se mantém alta, não por necessidade de acção

“

Há, em Portugal, um milhão de trabalhadores independentes.

Como fazer a sua representação?

Como representar trabalhadores que formalmente surgem como empresários por conta própria?

Tiago Gillot

”

reivindicativa, mas porque os trabalhadores procuram os serviços do sindicato, nomeadamente os serviços de apoio jurídico para reivindicarem pagamento de horas extraordinárias ou para recorrerem a advogado em caso de despedimento.”

A importância da contratação colectiva é salientada também por João Proença. “O sistema sindical português é diferente do dos EUA. Lá, as empresas estão sindicalizadas a cem por cento ou a zero por cento e, quando há menos negociação colectiva, há menos salário”, recorda o líder da UGT. Já na Europa “a negociação colectiva é por sectores e há empresas que pagam acima do estabelecido para os sectores, principalmente nos ordenados mais elevados”.

Uma das grandes modificações sociais que altera a correlação de forças laborais em detrimento dos trabalhadores mais mal pagos e da luta sindical é o facto de “os salários menos elevados estarem desvalorizados pela acção do trabalho precário que traz salários muito baixos, que não reconhecem a formação e a educação”, assume João Proença. E frisa: “Com a Espanha e a Polónia, somos dos três países da União Europeia com mais precariedade, isso é contrário à sindicalização, os trabalhadores precários têm receio de se sindicalizarem e que isso os faça perder o emprego.”

Domesticar a mão-de-obra

Carvalho da Silva também aponta o alastrar do trabalho precário como um dos factores principais da degradação salarial e da diminuição da importância negociada dos sindicatos. Lembrando que “as relações de trabalho precárias caracterizam-se por não se concretizarem de baixo de nenhum contrato”, o líder da CGTP refere mais um exemplo, neste caso a Portugal Telecom. “A PT não tem hoje a trabalhar menos trabalhadores do que quando foi fundada, em 1994. Tem mais ou menos 30 mil trabalhadores. Mas a contratação colectiva, no contrato do sector, não envolve mais de 6 ou 7 mil trabalhadores. Há milhares de trabalhadores da PT que são precários, que ganham muito menos, porque não se aplica a eles a contratação colectiva.”

Igualmente Tiago Gillot sustenta que “a precariedade tem cumprido essa péssima função não só de domesticar a mão-de-obra, como de baixar os rendimentos. Os trabalhadores precários são quase sempre os que integram os escalões dos mais baixos rendimentos”.

Enfatiza, porém, que em Portugal, esta regra nem sempre é absoluta, pois há sectores, como os têxteis, em que “há pessoas com vínculo que estão nos mais baixos rendimentos”.

Tiago Gillot remata: “Não entro no discurso fácil de culpabilizar as organizações sindicais pelo que aconteceu. Pelo contrário, a precariedade facilita a não organização sindical. A mudança foi brutal e as centrais sindicais tiveram de se adaptar. A transformação é tão avassaladora que as centrais sindicais levam tempo a mudar o seu paradigma.”

As mudanças nas relações laborais “devem levar a pensar a organização sindical”, sustenta Tiago Gillot. Considerando que “há um projecto de desmantelamento das organizações de classe para aumentar a exploração”, adverte: “Difícilmente hoje existem profissionais no sentido tradicional. Para as novas gerações, o que existe a cada momento são ocupações. Vamos desempenhando funções nos trabalhos que encontramos.”

Para Tiago Gillot, há um trabalho a fazer de adaptação da nova realidade à representatividade dos trabalhadores, de “como é que alguém que tem vontade de representação de classe tem possibilidade de encontrar uma organização”. Frisa que, na nova realidade laboral, há que ter em conta “a intermitência laboral”, que “as organizações sindicais têm de encontrar forma de inserir todos”.

Carvalho da Silva é da opinião que “só haverá reconstrução do papel dos sindicatos quando houver movimentação dos trabalhadores” e que “o regresso dos sindicatos depende das pessoas, dos trabalhadores, é preciso retomar a participação com as novas condições”. E, nesse processo, acentua, “não se podem deixar de

fora os direitos adquiridos”.

Para o líder da CGTP, “o grande problema é que o individualismo que se instituiu levou à ruptura das solidariedades”. “É preciso recompor a solidariedade entre os que têm direitos e os que estão à margem desses direitos. A precariedade do trabalho é hoje um problema político profundo e de organização da sociedade”, remata.

Elísio Estanque acredita que “com o acentuar dos sectores mais precários, os mais jovens e mais qualificados, e com a crise, há sinais que mostram a tendência para o aguçar de consciências da necessidade de organização e combate e de que os problemas individuais não têm soluções individuais”.

Mas este sociólogo do trabalho adverte que no campo sindical “se vive uma tensão entre duas tendências: uma delas pretende reconhecer os movimentos de precários que não estão organizados nos sindicatos”; a outra, “de resistências fortes, é constituída por parte de uma corrente influenciada pelo PCP e que vai no sentido de dizer que não podemos deixar que o movimento sindical e o movimento operário se diluam nesses novos movimentos sociais”. E Elísio Estanque conclui: “Ora, isso só pode levar ao autismo e ao isolamento. Se não renovarmos as suas práticas e os métodos de organização, os sindicatos podem morrer.”

Precários em luta

Tiago Gillot assume as tensões e conta que, quando as organizações de precários surgiram há quatro anos em Portugal, “pode ter havido desconfinança das organizações sindicais”. Mas considera que hoje “há uma luta em Portugal dos precários que lhes dá visibilidade e que não envergonha ninguém, uma luta que foi já incorporada no discurso público e político”.

Por isso, Tiago Gillot acredita que as desconfinanças dos sindicatos tradicionais estejam em superação: “Espero que se possa manter e aprofundar a relação entre os movimentos precários e as centrais sindicais, daí podem surgir novas formas de organização sindical.” E frisa que as organizações de precários não estão contra os sindicatos, antes dão “prioridade à ligação a organizações sindicais e à sindicalização”, garantindo mesmo que “em alguns sectores, mesmo entre precários, existem taxas elevadas de sindicalização”.

Insistindo nas dificuldades que existem para os sindicatos se adaptarem à nova realidade, Tiago Gillot verbaliza uma das grandes questões que se colocam hoje: “Há, em Portugal, um milhão de trabalhadores independentes. Como fazer a sua representação? Como representar trabalhadores que formalmente surgem como empresários por conta própria?”

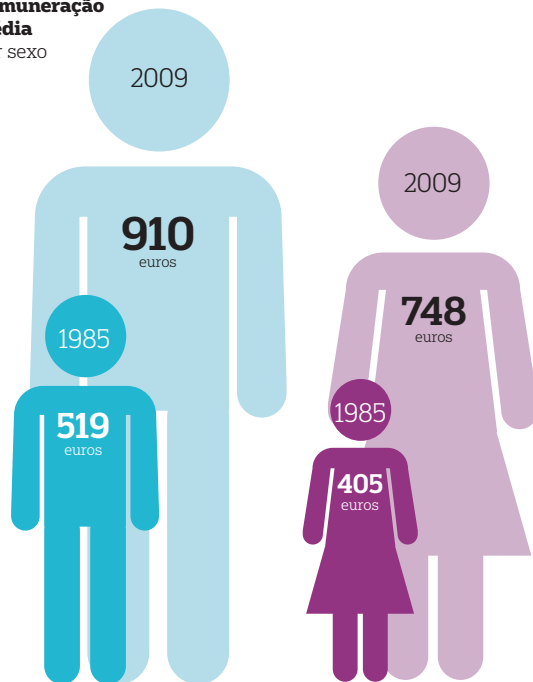
E, no mesmo sentido de encontrar soluções para a representação laboral, Elísio Estanque conclui: “Os sindicatos têm que se reestruturar. Se o sindicalismo acabasse a curto prazo, a barbárie no campo laboral ainda iria ser pior. Assim como se não houver sindicatos nem representação sindical e coesão sindical, com quem é que se negocia? Por exemplo, movimentos como o 12 de Março não têm líderes: com quem se negocia?”

Diferenças salariais em Portugal entre 1985 e 2009

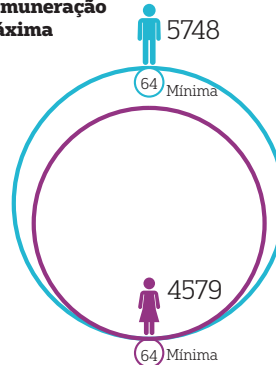
Dados estudados pela investigadora Margarida Carvalho

Remuneração média

Por sexo



Remuneração máxima



Média S80/S20

